



Proposta da Telefónica de dividendo extraordinário fica fora da assembleia da PT

Ana Brito

Ainda não é certo se o grupo espanhol será autorizado a votar na reunião que apreciará a oferta pela Vivo

● O presidente da mesa da assembleia geral (AG) da PT, Menezes Cordeiro, já desfez uma das incógnitas quanto à reunião da próxima semana em que será decidido o futuro da Vivo. Em comunicado enviado à CMVM, a PT revelou que Menezes Cordeiro optou por não incluir na ordem de trabalhos da reunião de accionistas a proposta da Telefónica de distribuição de um dividendo extraordinário, de um euro por acção (quase 900 milhões de euros no total), condicionado à aprovação da venda das acções da Brasilcel por 6,5 mil milhões de euros. A justificação? O facto de entender que a distribuição de dividendos é uma matéria que só compete à gestão liderada por Henrique Granadeiro.

Como seria de esperar, a decisão desagradou à empresa espanhola, que “está em total desacordo”, disse ao PÚBLICO fonte próxima da operado-



Telefónica perde trunfo no combate pelo controlo total da Vivo

ra, sem, contudo, esclarecer se a Telefónica pondera contestar o parecer.

Menezes Cordeiro, que revelou ter consultado os especialistas João Calvão da Silva, Eduardo Paz Ferreira e Pedro de Albuquerque, não se pronunciou ainda quanto à possibilidade de a Telefónica poder votar na AG de 30 de Junho. Uma hipótese que muitos consideram remota, em virtude do conflito de interesses quanto àque-

las que são as pretensões do grupo espanhol.

Quanto à proposta do dividendo extraordinário, o presidente da AG frisa que “apenas com base num relatório de gestão se torna possível justificar a distribuição de resultados” de uma empresa. Por isso, se um eventual negócio entre PT e Telefónica for em frente, qualquer proposta de distribuição de resultados só será vá-

lida “se, feitas e relatadas as contas”, houver uma “verificação positiva da comissão de auditoria” e uma “revisão oficial favorável” e se depois de “um juízo ponderado e responsável pelo conselho de administração” surgirem, “na altura própria [Março de 2011], resultados distribuíveis.”

“A hipotética aprovação” pela AG de uma proposta como a da Telefónica, sem a devida fiscalização e “à revelia da competência exclusiva do conselho de administração”, originaria “uma deliberação nula por violação de diversas normas”, reforça Menezes Cordeiro.

O período de votação electrónica iniciou-se esta semana, mas ainda se mantém em aberto a possibilidade de os espanhóis subirem a parada. Ainda no domingo o presidente executivo da PT, Zeinal Bava, deu uma no cravo e outra na ferradura, ao garantir, em entrevista ao jornal espanhol *El País*, que “a Vivo não está à venda”, mas insistindo também em que o preço oferecido “é baixo para aquilo que a Vivo pode representar para a Telefónica”.

Hoje acaba o prazo para que os accionistas da PT que pretendem participar na assembleia se registem junto da mesa.